

] mundo [

crítico [

Revista de
Desenvolvimento
e Cooperação

n.1
Jan 2018



A propósito de
fragilidades e
complexidades do
desenvolvimento

Ficha técnica

Conselho Editorial

Ana Filipa Oliveira
Carlos Sangreman
Fátima Proença
Luís Mah
João Manuel Rocha
Tânia Santos

Conselho Consultivo

Alain Corbel
António Tomás
Conceição Lima
Carmeliza Rosário
Geraldo Martins
Leão Lopes
Maria Eleonora Rabêllo
Livia Apa
Maria Hermínia Cabral
Maria Manuel Mota
Marina Costa Lobo
Mário Silva
Mónica Costa
João Simão
Paula Barros
Ricardo Soares de Oliveira
Rui Miguel Santos
Sofia Santos

Ilustração da capa

Alain Corbel

Concepção gráfica

Ana Grave

Revisão e paginação

Ana Filipa Oliveira

Periodicidade

Revista Semestral

Projecto

Cooperação e Desenvolvimento: Novos Desafios,
Visões Partilhadas
www.acep.pt/novos-desafios

Promotores

ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos
CEsA-ISEG - Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina

Apoios

Camões - Instituto da Cooperação e da Língua
FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia

Disclaimer

O conteúdo desta publicação é da responsabilidade exclusiva dos promotores e autores e em nenhum caso pode considerar-se como reflectindo o ponto de vista dos financiadores.

Índice

Mundo Crítico

p.5

Autores

p.6

Conversas imperfeitas

Uma visão positiva
da luta pelo desenvolvimento

Carlos Sangreman e Geraldo Martins

p.10

Saber e circunstâncias

Uma resposta mais eficaz
à “fragilidade do Estado”

James Putzel

p.22

A complexidade da cooperação
para o desenvolvimento,
as críticas e as alternativas

Ana Larcher Carvalho

p.35

Reconciliação
e Justiça de Transição
na Guiné-Bissau

Sara Guerreiro

p.63

Renovar o Compromisso
com a Guiné-Bissau

*Augusta Henriques, Fátima Proença
e Nelvina Barreto*

p.76

Modos de ver

Os mais velhos e os mais novos de
Bissau Velho - uma exposição

Adriano Miranda

p.84

Narrativas

Gente de Bissau

Texto de Lúcia Crespo

Fotografias de Alain Corbel

p.110

Bissau-Lisboa-Bissau

Texto de Sofia Branco

Fotografia de Ana Filipa Oliveira

p.114

Inovações

O PARTIS

do Programa Gulbenkian de

Desenvolvimento Humano

Hugo de Seabra

p.120

Kriolofunia: um festival

para falar (do) Kriol

Texto de António Spencer Embaló

Fotografia de António Valente

p.124

Escaparate

Penser et écrire l'Afrique aujourd'hui

Livia Apa

p.130

Afrotopia

Livia Apa

p.133

Políticas da inimizade

Mamadou Ba

p.136

Guiné-Bissau

- 40 anos de impunidade

Nelvina Barreto

p.139

Guerras de ayer e de hoy

João Manuel Rocha

p.145

Conselho Editorial

p.148

Conselho Consultivo

p.149

Mundo Crítico

Numa era de múltiplos desafios, da escala local à escala global, “Mundo Crítico – Revista de desenvolvimento e cooperação” quer responder à necessidade de debate entre actores sociais públicos e privados, de maior ou menor dimensão, de âmbito geográfico ou temático, com um empenhamento crítico, persistente e dialogante. Procura suscitar diálogos improváveis entre texto e imagem, entre arte e ciência, entre académicos, artistas, técnicos, entre pessoas que falam português em diferentes espaços geográficos ou culturais. O debate pretende-se abrangente, com especial enfoque nas transformações sociais, económicas ou políticas em curso no mundo de que fazemos parte.

A linha de orientação deste espaço tem por base uma visão do desenvolvimento como acção social multidisciplinar e de complementaridade entre diversos intervenientes, individuais e colectivos. Considera que a cooperação entre povos é um dos pilares sobre o qual se pode construir uma visão comum dos direitos humanos, do bem estar e do progresso da humanidade, hoje e de futuras gerações.

Uma revista de pensamento crítico para reflectir e agir.

Autores

Conversas imperfeitas



CARLOS SANGREMAN

Licenciado em Economia no ISEG e doutorado em Estudos Africanos no ISCTE. Professor aposentado na Universidade de Aveiro e investigador e dirigente do CEsa – Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina. Tem desenvolvido consultoria internacional nos PALOP e Timor-Leste. Foi assessor para a cooperação do MTSSS (2008/12). É autor de artigos e livros sobre as temáticas do desenvolvimento.



GERALDO MARTINS

Foi Ministro da Educação (2001/03) e da Economia e Finanças (2014/16) da Guiné-Bissau, e quadro do Banco mundial. Autor e coautor de estudos sobre ajustamento estrutural, sectores sociais, educação, demografia, é licenciado em química-física (Univ. Moldávia) e em Direito (Univ. Direito de Bissau), e mestre em Gestão e Políticas Públicas pela Universidade de Londres, com pós-graduação em Economia pela mesma instituição.



JAMES PUTZEL

É professor de Estudos de Desenvolvimento e coordenador da *Crisis States Network* na *London School of Economics*. Tem desenvolvido pesquisa sobre a reforma agrária, o capital social, a economia política do desenvolvimento e os Estados em crise ou em situação de fragilidade. É autor de diversos artigos e publicações, das quais se destaca *A Captive Land: the Politics of Agrarian Reform in the Philippines*.

Saber e circunstâncias



ANA LARCHER
CARVALHO

Doutorada pelo *Imperial College London*, é Professora do ISCTE-IUL em Estudos Africanos e Estudos de Desenvolvimento e investigadora no CEI-IUL. Trabalha sobre transformações nas sociedades agrárias africanas, dinâmicas dos conflitos, economia, cooperação internacional e mudança social. Tem sido consultora de organizações internacionais e várias ONG. Anima um blog sobre a Guiné-Bissau.



SARA GUERREIRO

Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Iniciou a sua carreira jurídica na Marinha Portuguesa e foi docente na Faculdade de Direito de Bissau, durante 3 anos. Actualmente reside em Washington, onde trabalha a tempo parcial com o Instituto de *Coaching* e Diversidade, e faz viagens frequentes a Bissau, onde se encontra envolvida em vários projectos de Desenvolvimento.



AUGUSTA HENRIQUES

Iniciou carreira profissional na Guiné-Bissau pós-independência, trabalhando na educação de adultos, sob orientação do pedagogo Paulo Freire. Foi directora do Instituto de Coordenação da Ajuda Não-Governamental Solidami e participou na criação das primeiras ONG guineenses, sendo fundadora da Tiniguena. É especialista em processos participativos, e tem investigado sobre o trabalho em rede no sector não-governamental.



FÁTIMA PROENÇA

Directora da ACEP, intervém desde a década de 80 na cooperação não governamental, nomeadamente com instituições guineenses, tendo coordenado a Rede de Solidariedade com a Guiné-Bissau durante o conflito de 1998/99. Tem dinamizado processos de investigação/acção em África e de advocacia na sociedade portuguesa, em colaboração com pessoas e organizações da sociedade civil europeias e africanas.



NELVINA BARRETO

Licenciada pela Faculdade de Direito de Lisboa, é consultora de organizações internacionais. Na Guiné-Bissau, coordenou projectos de desenvolvimento na área da educação, desenvolvimento comunitário e boa governação. Em Angola, foi responsável de programas do BAD. Foi ainda Secretária Executiva da Plataforma das ONGs da Guiné-Bissau e é coordenadora da MIGUILAN (Movimento de Mulheres da Guiné-Bissau).

Modos de ver



ADRIANO MIRANDA

Estudou na Cooperativa de Ensino Artístico Árvore no Porto e no Ar.Co em Lisboa. Fotógrafo do *Público* desde 1996. Professor e formador na área da Fotografia, tem livros publicados e está representado em colecções em Portugal e no estrangeiro. Faz parte do colectivo 121212 que realizou um levantamento social de Portugal no ano de 2012 e, em 2017, publicou *Carvões de Aço*, sobre mineiros do Pejão, em Castelo de Paiva.

Narrativas



LÚCIA CRESPO

É editora do suplemento *Weekend do Jornal de Negócios*. Licenciada em Ciências da Comunicação pela FCSH, estagiou no *Público*, trabalhou no *Diário Digital* e na revista *Fortunas & Negócios*, antes de se juntar ao *Negócios*. É pós-graduada em Economia Social e Solidária no ISCTE e em *Marketing* pelo GIEM/ISCTE. Em 2007, recebeu o prémio de jornalismo económico do Santander Totta/ Universidade Nova de Lisboa.

Inovações



SOFIA BRANCO

Trabalha na Agência Lusa, onde é coordenadora de estágios e formação profissional, mas onde antes trabalhou como repórter cobrindo direitos humanos, igualdade de género, minorias e migrações. Trabalhou no *Público*, tendo recebido vários prémios por artigos publicados, nomeadamente sobre mutilação genital feminina. É autora dos livros *Cicatrizes de Mulher e As Mulheres e a Guerra Colonial*. É presidente do Sindicato dos Jornalistas.



HUGO DE SEABRA

Gestor de Projectos no Programa de Desenvolvimento Humano da Fundação Calouste Gulbenkian. É responsável pelas intervenções nos domínios das migrações, comunidades urbanas e práticas artísticas para a inclusão social. Juntou-se à Fundação em 2005 para apoiar o desenvolvimento de projectos nos domínios da integração de imigrantes. Antes disso, foi consultor na área do Planeamento do Ministério da Justiça, durante 4 anos.

Escaparate



ANTÓNIO SPENCER
EMBALÓ

Sociólogo e investigador guineense especializado em políticas públicas, género, comunicação e desenvolvimento comunitário. Fazedor da *Kultura* e apaixonado pelo *Kriol*, é membro fundador da Corubal. Activista e ambientalista, é membro fundador da Organização Guineense de Desenvolvimento (OGD) e coordenador do sector da Produção, Rendimento e Emprego.



LÍVIA APA

Nasceu em Nápoles. É investigadora, com trabalho na área dos estudos culturais dos países de língua oficial portuguesa. É também tradutora, tendo publicado em italiano, entre outros, Mia Couto, Ondjaki, Ruy Duarte de Carvalho, Mário Cesariny, Ana Luísa Amaral, Ana Paula Tavares. Faz parte da direcção do Archivio Memorie Migranti de Roma. Colabora com a revista *Gli Asini* de Roma.



MAMADOU BA

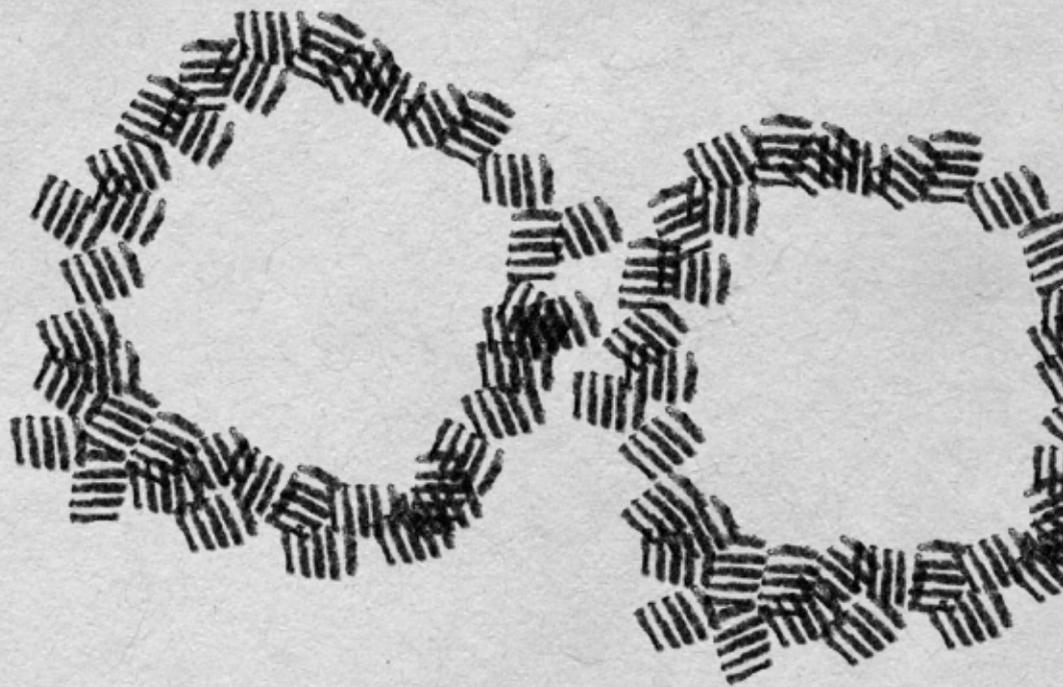
Licenciado em Língua e Cultura Portuguesas pela Universidade de Cheikh Anta Diop (Dacar) e com curso de tradutor pela Universidade de Lisboa, é activista anti-racista, dedicando-se à luta pelos direitos humanos dos migrantes e das minorias étnicas desde a década de 90. Integra o Movimento SOS Racismo, sendo membro da Direcção Nacional, como de várias outras plataformas. Tem vários livros e artigos publicados.



JOÃO MANUEL ROCHA

Jornalista, fez parte das agências ANOP e Lusa e integrou a equipa fundadora do *Público*, onde trabalhou até 2016. Nos anos mais recentes deu particular atenção aos países africanos lusófonos e a questões do desenvolvimento. Doutorando em Ciências da Comunicação no ISCTE-IUL, é professor convidado da Escola Superior de Comunicação Social e colaborador do CEsa - Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina.

Conversas
Imperfeitas



A complexidade da cooperação para o desenvolvimento, as críticas e as alternativas

ANA LARCHER CARVALHO

PROFESSORA DE ESTUDOS AFRICANOS E ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO

Introdução

A cooperação para o desenvolvimento é um campo complexo e em constante debate, desde o fim dos anos 40, quando começou a tomar forma o projecto de desenvolvimento, na sua matriz moderna, até ao presente. É certo que a ideia de desenvolvimento, como visão de um mundo melhor e de possibilidade de melhoria das condições de vida no mundo e dos povos, é muito antiga. Mas é a forma como este conceito é interpretado que levanta questões e críticas.

Subjacente a este conceito, aparentemente universal, está, de acordo com algumas perspectivas críticas, uma certa visão do mundo, que coloca as sociedades industrializadas ocidentais no topo de um processo evolutivo. Os países com economias menos desenvolvidas deverão então seguir esse mesmo caminho, necessitando para isso de ajuda externa de outros países, de organizações e de peritos, ajuda essa que lhes é for-

neceida através de uma multitude de projectos e outros tipos de intervenções, com vista ao seu desenvolvimento.

As críticas mais radicais defendem que esta é uma visão eurocêntrica do desenvolvimento, que legitima relações de dominação e que despolitiza as desigualdades ao aceitar que a pobreza se pode resolver com peritos e soluções técnicas (Peripherie 2017). Desta perspectiva, o desenvolvimento, como teoria orientadora da mudança social, não funcionou, porque é uma forma de imposição de modelos hegemónicos ocidentais sobre o resto do mundo. Além disso, defendem os críticos, as tentativas de desenvolvimento feitas desta forma falharam, criaram desilusão, frustração e falhanços sucessivos nos países do Sul (Sachs 1992a; Escobar 2001).

Mas há várias maneiras de olhar para o desenvolvimento. Mkandawire (2010) usa o modelo de Thomas (2000) para clarificar do que se está a falar. O desenvolvimento pode ser visto como (1) uma visão, sobre para onde deve ir uma sociedade, (2) como um processo histórico de mudança das sociedades e (3) como o conjunto de esforços desenvolvidos pelos governos, mas também por uma série de organizações, em que se incluem as organizações internacionais da cooperação, ONG mas também movimentos sociais e outros. Estes três campos estão relacionados, mas a crítica do desenvolvimento foca-se no desenvolvimento como processo de mudança induzida externamente.

Com efeito, as críticas do desenvolvimento focam-se essencialmente, não no desenvolvimento em si, ou nas aspirações dos povos à transformação social, nem tão pouco nas estratégias emancipatórias seguidas pelos próprios países, na tentativa de transformar as suas sociedades em sociedades mais justas: criticam essencialmente as formas hegemónicas de desenvolvimento e a forma como estes modelos e ideias foram impostos por todo o mundo. Várias sociedades, actores políticos, pensadores, e organizações sempre exploraram e continuam a explorar formas de mudança social que se contrapõem aos modelos dominantes, a maioria fora do discurso do desenvolvimento e da cooperação.

Como salienta Mkandawire (2010) “o esforço de alcançar o desenvolvimento foi impulsionado pelas aspirações de emancipação dos próprios países em desenvolvimento”. As possibilidades de mudança residem, aliás, como veremos, em analisar e dar mais relevância a estes movimentos e ideias para imaginar novos futuros.

Ainda assim, não deixa de ser importante reflectir e adoptar uma perspectiva crítica relativamente ao desenvolvimento induzido devido à importância da sua acção e dos seus impactos.

As críticas da cooperação e das teorias e práticas do desenvolvimento são muitas, variadas e complexas. Foram levando a algumas mudanças na teoria e nas práticas do desenvolvimento mas, ainda assim, não levaram às mudanças substanciais necessárias nos modelos dominantes de cooperação. Alguns argumentam que o problema real é que, apesar das críticas, as coisas continuam como se nada tivesse acontecido (Wamba-dia-Wamba 1988). Na verdade, muitas dos actores envolvidos na cooperação internacional continuam a agir sem uma reflexão crítica sobre as suas intervenções e os seus impactos, correndo assim o risco de fazerem mais mal que bem.

É assim, portanto, importante que se revejam as várias correntes de pensamento sobre desenvolvimento e cooperação como base de construção de uma cooperação crítica. É também, a partir desta perspectiva, que se podem tentar compreender possíveis estratégias futuras para a mudança.

Este artigo pretende, assim, fazer uma revisão de algumas das críticas que foram sendo feitas ao desenvolvimento e à cooperação e também explorar caminhos alternativos para a mudança social. Apesar das posições anti-desenvolvimento, muitos dos críticos defendem que os problemas do desenvolvimento não podem ser ignorados e que têm de se repensar os modelos e caminhos a seguir para a construção de um mundo mais justo. Várias correntes, pensadores, e organizações continuam a acreditar na possibilidade de mudança e sobretudo na necessidade de se imaginar futuros alternativos baseados numa mudança mais progressista e libertadora (Veltmeyer 2011b). Continuam, assim, a explorar a construção de formas alternativas de transformação social que possam trazer novas possibilidades ao mundo.

Alguns momentos históricos importantes da cooperação para o desenvolvimento

A cooperação para o desenvolvimento engloba uma diversidade de teorias e ideias sobre o desenvolvimento e a mudança social. Inclui uma infinidade de abordagens informadas por teorias e práticas radicalmente diferentes, ligadas também aos vários actores que actuam nesta área. Além disso, a teia de actores foi-se alargando cada vez mais desde os governos, organizações internacionais, organizações da sociedade civil às empresas, com interesses, ideias e práticas muito variadas. A compreensão destas dinâmicas tem levado a uma reflexão crítica desde que a cooperação assumiu a sua forma moderna após o fim da segunda guerra mundial e que se mantém até aos tempos presentes.

As ideias e as práticas de cooperação foram mudando em consequência da evolução das ideias e teorias do desenvolvimento ao longo de vários períodos históricos e em diferentes contextos. Vários autores analisam a evolução deste conceito ao longo de várias décadas de cooperação (Haan 2009; Amaro 2003; Veltmeyer 2010).

O desenvolvimento, como campo de estudo, e cooperação para o desenvolvimento, emergem, a partir dos anos 40, com base nas teorias da modernização. Estas perspectivas consideravam que os modelos de desenvolvimento dos países industrializados podiam ser transpostos para os países em desenvolvimento (M. Cardoso 2008) e que o caminho para o desenvolvimento implicaria uma transição do sector tradicional para o moderno (perspectiva dualista). Nesta perspectiva, o desenvolvimento estava ligado ao crescimento económico, à industrialização e à modernização. Foi esta a estratégia que serviu de base aos modelos de desenvolvimento adoptados por muitos dos novos países independentes nos anos 60 (M. Cardoso 2008).

O capital era considerado essencial para esta estratégia e surge daqui a ideia do *Big Push*: na narrativa clássica do crescimento económico os países pobres estão presos numa armadilha (*poverty trap*) e precisam de um grande empurrão financeiro e técnico para se libertarem dela. Este *Big Push* requereria ajuda externa e investimento levando a uma descolagem do PIB *per capita* sendo, assim, uma das justificações originais para a ajuda externa. Embora tenha sido passada para segundo plano durante algum tempo, regressou

em força no novo milénio quando a comunidade internacional se mobilizou para dar um novo impulso ao financiamento do desenvolvimento.

No entanto, este modelo começou a ser posto em questão, porque muitos países não alcançavam os resultados esperados, havendo uma diminuição do bem estar das populações e um enriquecimento das elites. Uma das críticas residia no facto de estes modelos não terem sido adaptados às características específicas dos países em que iam sendo aplicados. O modelo económico ocidental constituía-se como o modelo a seguir pelo resto do mundo, deixando pouco espaço para estratégias alternativas. Ainda assim note-se que alguns autores argumentam que este modelo deu frutos nas décadas de 50 e 60, quando as economias de vários países africanos cresciam e só com a crise internacional dos anos 70, os progressos foram interrompidos. Estas perspetivas permearam o pensamento sobre o desenvolvimento e algumas das ideias mantêm-se importantes até hoje (Haan 2009).

As teorias mais críticas provêm da Escola da Dependência, que se afirma nos anos 60 e 70 e que vê o desenvolvimento e o subdesenvolvimento como duas faces da mesma moeda e reclama uma mudança radical (ver secção abaixo). Os teóricos da teoria da dependência, de base marxista, propuseram o corte total com os países industrializados (M. Cardoso 2008).

Desde a década de 70, perante a crise global que levou ao desaceleramento da economia e às críticas das teorias da dependência, começa a haver uma grande pressão para a reforma das teorias e práticas do desenvolvimento. Isto levou, nos anos 70 e 80, no mundo capitalista ocidental, às ideias de crescimento com equidade e ao desenvolvimento orientado para as necessidades básicas e a redução da pobreza (Veltmeyer 2010). Leva ainda ao surgimento de propostas alternativas com enfoque nas abordagens participativas e centradas nas pessoas. Esta corrente reformista balizou, em certa medida, a mudança das práticas do desenvolvimento a nível internacional. No entanto, entende-se que não levou a uma alteração substancial das práticas e que os conceitos foram subvertidos pelos modelos dominantes. Sachs (1992b) diz, por exemplo, que o conceito de “participação” é transformado numa estratégia para envolver pessoas em lutas para obter o que os mais poderosos lhes querem impor.

Por outro lado, a agenda neoliberal que ascende rapidamente nos anos 80 também vê de forma crítica a cooperação. Esta visão vai ter uma influência determinante nos discurs-

sos e nas práticas da cooperação. Desta perspectiva, o Estado passa a ser visto como um problema e não como agente do desenvolvimento (Veltmeyer 2010). O desenvolvimento é considerado uma consequência inevitável do funcionamento do mercado, que produz crescimento por si só de forma eficiente, portanto os governos não deviam tentar intervir. As tentativas de intervenção na economia são vistas como uma estratégia das elites para capturar o Estado para seu próprio benefício. Logo, as políticas intervencionistas são consideradas como “más políticas”. Surgem, então, os pacotes de ajustamento estrutural, ligados à ideia de boas políticas e considerados como os ingredientes essenciais para o desenvolvimento económico. As teorias do desenvolvimento tornam-se, nestas décadas, aparentemente inúteis (Mkandawire 2010). Os fluxos da cooperação são desviados para o ajustamento estrutural e para as organizações da sociedade civil, mas acabam por diminuir ao longo das duas últimas décadas do séc. XX.

As chamadas “décadas perdidas” para o desenvolvimento em África evidenciaram o falhanço das políticas de ajustamento e impulsionaram nova mudança, o “ajustamento estrutural de rosto humano” (pós-Consenso de Washington), para tentar minimizar os impactos sociais negativos. Vão então (re)surgir ideias, como a necessidade de desenvolvimento participativo, o empoderamento e o fortalecimento da sociedade civil embora, muitas vezes, sejam usadas de forma tecnocrática e, por isso, não correspondam a práticas significativamente diferentes. Os organismos internacionais da cooperação desviam uma parte importante da sua ajuda internacional para Organizações Não Governamentais (ONG), o que vai fazer explodir este sector.

Na viragem do milénio, associado aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), adoptados em 2000 pelas Nações Unidas, surge um interesse renovado pela cooperação da parte das organizações internacionais e dos governos que levou a uma série de compromissos globais, no sentido de melhorar a qualidade da ajuda. Doadores e “parceiros” institucionais do desenvolvimento reconhecem que a ajuda não está a produzir os resultados esperados, embora adoptando perspectivas muito menos críticas que as expressas na literatura académica. Defendem que, para cumprir as metas definidas pelos ODM, será necessário reflectir e mudar as políticas e as práticas da cooperação. Neste sentido, foram organizadas várias conferências internacionais¹ sobre a eficácia da ajuda e assumidos compromissos no sentido de voltar a aumentar os fluxos de ajuda, mas também de melhorar

a sua qualidade. Este consenso inclui conceitos importantes como a necessidade de apropriação e dos países parceiros exercerem uma liderança efectiva sobre as suas políticas e estratégias de desenvolvimento, o alinhamento das intervenções com as prioridades dos parceiros, a harmonização das intervenções dos doadores e a prestação de contas mútuas (OCDE, 2017). No seguimento dos ODM, os Objectivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) também preconizam um novo espírito de solidariedade e cooperação.

No entanto, muitos autores argumentam que estas reformas na cooperação, apesar de incorporarem questões importantes e de, em alguns casos, trazerem melhorias ao sistema da cooperação, estão longe de produzir as transformações que são necessárias para a mudança social.

A partir dos anos 80 e 90, surge nova vaga de críticas com as teorias do pós-desenvolvimento. Embora haja várias correntes dentro destas teorias e também fortes críticas a essas mesmas teorias, estas ideias, que veremos de seguida, continuam a ser centrais na crítica do desenvolvimento tendo, no entanto, pouco reflexo nos modelos dominantes de cooperação.

As críticas da cooperação

As críticas do desenvolvimento e da cooperação têm sido formuladas de uma variedade de perspectivas, desde correntes teóricas e movimentos críticos sendo que estes, mais radicais, defendem que a ajuda faz mais mal que bem e que deve acabar. Outros, mais moderados, argumentam que a ajuda pode ter impactos positivos mas ter-se-á de alterar a forma como é feita. Se há críticas, a nível macro, que apontam à relação entre capitalismo global e subdesenvolvimento outras há, mais específicas, que identificam os impactos

¹ Conferência sobre o Financiamento do Desenvolvimento (Monterrey, 2002) e as Reuniões de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda em Roma (2003), Paris (2005), Acra (2008) e Busan (2011)

Saber e circunstâncias

negativos a nível nacional e, em especial, os efeitos negativos sobre as elites e o Estado (a extroversão das elites que se orientam em direcção dos fluxos externos que pretendem captar e a fragilização do Estado), havendo ainda outras que se referem à forma como a ajuda é concedida (a imprevisibilidade ou a descoordenação). Identificamos aqui algumas das críticas importantes para o debate actual.

Um sistema de dependência

As críticas mais radicais emergiram nos anos 60 e 70 com vários autores de inspiração marxista, muitos deles cientistas sociais latino-americanos estruturalistas que vão desenvolver a teoria da dependência (Amin 1976, 1990; F. H. Cardoso e Faletto 1979; Furtado 1961). Embora com traços comuns, a Escola da Dependência reúne autores com visões diferentes das condições do subdesenvolvimento e do que era necessário para a mudança social. Uns defendiam que a expansão do colonialismo e do capitalismo global tinha levado ao subdesenvolvimento dos países do sul e que as condições de um país estão ligadas à sua posição no sistema capitalista mundial (Veltmeyer 2011b; Haan 2009). São as relações de poder assimétricas globais que impedem a possibilidade de um desenvolvimento real no Sul Global e em África, em particular (Ndlovu-Gatsheni 2013a). Assim, desta perspectiva, a mudança social só poderá vir de uma mudança radical.

A cooperação surge como um instrumento a partir do qual os países industrializados tentam dominar os mais pobres servindo os interesses dos países ocidentais e das multinacionais que se tentam apoderar dos seus recursos (Hayter 1971). A ajuda não funciona porque é simplesmente “uma versão da teoria falaciosa de que é possível chegar aos mais pobres, através da expansão de um sistema controlado pelos ricos e que os favorece” (Hayter 1971).

Samir Amin propõe então o corte com os países industrializados, a *deconnexion*, como única maneira de se emanciparem e de encontrarem formas alternativas ao capitalismo. Mais tarde a teoria do sistema mundo, com Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi descrevem a economia mundial como um sistema de interdependências entre dinâmicas internas e dinâmicas externas. Esta perspectiva abre algumas possibilidades para a cooperação internacional se o seu objectivo for capacitar os países mais desfavorecidos a controlarem os factores determinantes da sua posição no sistema económico mundial (M. Cardoso 2008).

Nos anos 80 e 90, a partir do trabalho de vários autores como Arturo Escobar (2001), James Ferguson (1990) e Gustavo Esteva (1998) surge a teoria pós-desenvolvimentista. Escobar (2001) critica o facto das nações industrializadas serem vistas como o modelo adequado para todas as sociedades, seja na Ásia, em África ou na América Latina. Argumenta que o discurso do desenvolvimento criou categorias tão potentes como as de desenvolvido e subdesenvolvido, que só começou a ser parcialmente desconstruído nos anos 80 com a aplicação de novos instrumentos que permitiram analisar as diferentes realidades sociais noutras regiões do mundo.

Estas perspectivas defendem a necessidade de se ter em conta a diversidade de situações, culturas e prioridades e que não há um caminho único para o desenvolvimento. O desenvolvimento é visto como um instrumento poderoso para identificar as necessidades, intervir e dominar, a partir de um modelo e visão do mundo ocidental. As vozes do desenvolvimento são as dos peritos do desenvolvimento, das organizações internacionais e ONG estrangeiras e não as vozes das pessoas mais pobres.

Wolfgang Sachs (1992b) considerava que a ideia de subdesenvolvimento tinha sido construída pelo Presidente Harry Truman no seu discurso inaugural, em 1949, e que esta construção visava assegurar a hegemonia americana, consolidando a ideia de que os EUA estavam no topo e os outros países abaixo. Nesta versão, o desenvolvimento, é interpretado como uma tarefa missionária euro-americana de desenvolver o Sul Global em particular (Mkandawire 2010).

Wolfgang Sachs (1992b) insiste, também, na ideia de que aos países alvo de ajuda é-lhes retirada a sua identidade e as suas características específicas para aparecerem como um todo homogéneo subdesenvolvido. A solução passaria pelo desmantelamento da estrutura mental do desenvolvimento (anti-desenvolvimento), nomeadamente a ideia de que há uma hierarquia de nações desenvolvidas e subdesenvolvidas em que os desenvolvidos são os mais avançados e o modelo a seguir e os outros são gente a desenvolver.

Estas ideias, com muitas e diferentes formulações, tiveram grande impacto nos meios académicos e grangearam um largo consenso não alcançando, no entanto, idêntico impacto ao nível dos modelos dominantes de cooperação. Continuam, ainda assim, a alimentar o debate e a orientar o pensamento e a acção de pessoas e organizações que procuram formas diferentes de intervir para a mudança social.

Pode ainda pensar-se a questão da dependência de forma mais directa, já que, em

muitos países, a ajuda externa representa uma grande parte dos orçamentos de Estado. Na verdade, a intensidade da dependência da ajuda varia muito de país para país sendo, no entanto, particularmente evidente na África subsaariana (Oya e Pons-Vignon 2017). A subordinação dos Estados receptores a interesses de actores externos coloca-se, nestes casos, de forma mais aguda.

A cooperação domestica as ideias e os movimentos emancipatórios

Alguns dos críticos mais importantes das teorias do desenvolvimento basearam-se nas perspectivas teóricas pós-modernas para criticar as noções de progresso linear, isto é, contestaram a ideia de que há um caminho único que todos os países devem seguir para o desenvolvimento (Schuurman 1993; Edwards 1993). Consideravam o desenvolvimento como um projecto ocidental, afastado das lógicas da diversidade cultural e utilizado para pressionar os povos de todo o mundo a adaptarem-se aos conceitos ocidentais de desenvolvimento, silenciando assim as vozes dos povos marginalizados do sul e impedindo a emancipação e o desenvolvimento de ideias alternativas.

Escobar (2001) reforça esta perspectiva, dizendo que o desenvolvimento não pode emancipar os povos do sul porque apaga os contextos sociais e culturais, as instituições locais e as crenças, substituindo-as por uma visão do mundo baseada no mundo ocidental. Uma ideia importante que subjaz é que a imposição desta visão do mundo impede a construção pelos povos do sul do seu próprio futuro com a sua própria imaginação política e recursos culturais (Rahnema e Bawtree 1997; Esteva e Prakash 1998).

Na mesma ordem de ideias, alguns autores argumentam que a cooperação para o desenvolvimento mobiliza o potencial de movimentos emancipatórios para o ambiente seguro e profissionalizado da cooperação para o desenvolvimento. Estes movimentos perdem as suas características políticas e consequentemente a energia para promoverem a transformação social. Mary Kaldor (2003) argumenta que as ONG representam o fim de movimentos sociais “domesticados que perderam a sua motivação política”.

Manji & O Coill (2002) argumentam que muitas ONG são herdeiras dos seus antecessores, os missionários e as organizações voluntárias que cooperaram com a colonização europeia e o controlo de África e, como tal, perpetuam a abordagem paternalista.

Desde modo, em vez de as promoverem, enfraquecem as lutas pela justiça social e os direitos humanos.

A Ajuda oferece incentivos perversos e corrompe o Estado

Vários autores moldados também, mas não só, por uma perspectiva neoliberal insistem no facto de que a ajuda não promove o desenvolvimento. O livro *Dead Aid* de Dambisa Moyo (2009) explora algumas destas perspectivas, argumentando que só os mercados e o sector privado podem ser motores do desenvolvimento. A ajuda internacional é dada a governos e, entre outras coisas, contribui para aumentar a quantidade de pessoas em administrações públicas ineficientes. Além disso, os governos passam a depender dos fluxos financeiros da ajuda e não dos impostos, como deveria ser. Como não necessitam dos impostos, não se preocupam com as questões de produção. Isto faz com que não promovam políticas que incentivem a produção, nem apoiem as instituições que aumentam a produtividade. Também não têm incentivos para reformar ou melhorar as infraestruturas ou promover o desenvolvimento de sistemas fiscais de colecta de receitas para o Estado.

Já em 1976, Peter Bauer (1976) defendia que a ajuda desincentivava os líderes dos países em desenvolvimento a adoptarem “boas políticas”. Mwenda (2007), argumenta que é preciso criar riqueza, não reduzir pobreza e que, com a ajuda internacional, se estão a tratar dos sintomas da pobreza e não a criar riqueza. Na sua perspectiva, a riqueza vem de investimentos e da criação de emprego e os governos não estão a desenvolver as políticas necessárias para permitir criar essa riqueza.

Por outro lado, a ajuda favorece a “extroversão” das elites e dos governos: isto significa que os governos escutam os doadores internacionais porque é daí que provêm os recursos, preocupando-se mais em satisfazer os interesses dos doadores do que os das suas populações. Os governos não precisam assim de negociar com os seus cidadãos ou com os actores do sector privado e chegar a acordo com eles sobre as melhores políticas. Os seus cidadãos ficam secundarizados no processo de definição de políticas impedindo, desencorajando ou removendo os incentivos para a iniciativa individual e o empreendedorismo (A. Mwenda 2007).

Vários outros autores alertam para o facto de estas críticas terem implícitas a ideia de

que o Estado não deve ser o principal actor do desenvolvimento e que estas teorias reforçam o projecto neoliberal.

A luta pelo acesso aos recursos da cooperação tem impactos negativos nas instituições

De acordo com Schiefer (2002), o “complexo da cooperação para o desenvolvimento” é um modelo partilhado de apropriação de recursos entre as agências de internacionais da cooperação e as elites dos países “receptores” da ajuda. Este modelo tem impactos nefastos sobre as elites, provocando conflitos internos motivados pelas tentativas de controlar os fluxos da ajuda.

Alguns autores equiparam os impactos negativos da ajuda aos impactos negativos dos recursos naturais e aos efeitos da chamada “maldição dos recursos”. Entre os vários efeitos, um deles decorre de que, ao ser um fluxo financeiro que vai directamente para o Estado ou instituições próximas do poder, aumenta a oportunidade de corrupção e de clientelismo. Nos países muito dependentes da ajuda, todos querem entrar no Estado porque é a melhor forma de ter acesso a recursos e, por vezes, a única. Estão assim criados os incentivos para a corrupção e o *rent seeking* e que, desta forma, acentuam os conflitos pelo acesso ao Estado e aos seus recursos.

A qualidade da democracia também é afectada, porque a ajuda pode ser usada para comprar lealdades políticas (Hoffman & Gibson, 2005 Apud Tripp 2012) e assim abafar a oposição ou contribuir para a manutenção de líderes corruptos e não-democráticos no poder.

A Ajuda não tem os impactos planeados

Na base das críticas do desenvolvimento está ainda a ideia de que o desenvolvimento e a cooperação não têm os impactos planeados. Como argumenta Ferguson (1990), que descreve o falhanço de intervenções no Lesoto, as intervenções operam através de um sistema de estruturas sociais e económicas tão complexas que o resultado é uma transformação irreconhecível da intenção original. Os projectos não só não conseguem ter os

resultados planeados como provocam uma série de impactos negativos não esperados.

Foram desenvolvidos um sem número de estudos académicos que tentam avaliar os impactos dos projectos de cooperação. Uns identificam impactos positivos e outros negativos. De facto, é difícil fazer generalizações sobre o impacto das intervenções da cooperação, já que existem um sem número de organizações com missões muito diferentes e práticas muito diversificadas. No entanto, pode dizer-se que os resultados das avaliações dão resultados muitas vezes contraditórios. Enquanto uns identificam relações positivas entre, por exemplo, ajuda e crescimento económico, mudança política e transformação social, outros identificam o lado negativo destas relações. Alguns autores defendem, por exemplo, que há evidências de que a ajuda favorece a democratização em África (Brown 2005; Dunning 2004; Findley et al. 2010; Finkel et al. 2008; Goldsmith 2001; Wright 2009 Apud (Tripp 2012), mas outros há que argumentam que a ajuda tem impactos negativos na democratização, sendo uma das razões mais apontadas para referir que a ajuda serviu para manter no poder líderes autoritários (Mesquita et al. 2003 Apud (Tripp 2012).

Mwenda e Tangri (2005) argumentam, usando o caso do Uganda, que as intervenções tiveram impactos opostos aos planeados. Como referem, os recursos do Estado são a forma mais importante de consolidação das elites no poder. Segundo eles, os programas de ajustamento estrutural, introduzidos pelos doadores, tinham como objectivo reduzir o tamanho do governo e assim diminuir as oportunidades de corrupção e melhorar a governação. No entanto, a intervenção dos doadores teve o resultado contrário ao planeado: ao ser considerado um caso de sucesso, o Uganda continuou sempre a receber largos volumes de ajuda internacional, o que ajudou o governo a manter as suas redes neo-patrimonialistas e o seu domínio político.

A indústria da cooperação e as limitações na forma como a Ajuda é concedida

Vários autores, analisando a teia de actores, governos, organizações internacionais, ONG e outras instituições da cooperação, concluem que a cooperação é um negócio em si mesmo (Roy 2004). São os interesses dos diferentes tipos de operadores de desenvolvimento que sustentam a existência do “complexo desenvolvimentista” que durante décadas não conseguiram produzir “desenvolvimento” na África Subsaariana (Milando 2005). A sobrevivência

Saber e circunstâncias

da “indústria da cooperação” depende da eficácia com que as instituições fazem fluir os fluxos financeiros. Para se reproduzirem, estas organizações criam a sua própria realidade, identificando necessidades, populações desfavorecidas, grupos-alvo e intervenções necessárias.

A teoria da economia dissipativa descreve o complexo da cooperação para o desenvolvimento como um modelo partilhado de apropriação de recursos entre as agências de desenvolvimento internacionais de todos os níveis e as elites dos países “receptores” da ajuda. Explica os impactos nefastos deste modelo, tanto sobre as elites, cujos conflitos internos são muitas vezes motivados pelas tentativas de controlar os fluxos da ajuda (Schiefer 2002).

As críticas também incidem sobre as ONG. As ONG são usadas como parceiras ou intermediárias pelas organizações internacionais, sobretudo a partir dos anos 80, levando alguns autores a questionar a sua independência e a sua capacidade de afirmar caminhos alternativos ao modelo neoliberal dominante (Larcher Carvalho e Maurício 2012). Roy (2004) argumenta que, sem serem idênticas, as ONG fazem parte de um conjunto de organizações que garantem a implementação do projecto neoliberal e cujo objectivo prioritário é contribuir para a redução do Estado.

As críticas da cooperação incidem também na forma com a ajuda é concedida. Vários autores argumentam que as intenções dos doadores e a forma como a ajuda é fornecida são determinantes nos impactos (Dreher, Lang, e Ziaja 2017). Podem, pois, distinguir-se várias características que têm influência nos impactos da ajuda, como sejam os motivos pelos quais os doadores concedem a ajuda, as suas prioridades e políticas de cooperação, as modalidades de concessão da ajuda, a quantidade de ajuda, a previsibilidade dos fluxos e a coordenação (ou não) entre diferentes doadores.

Jeffrey Sachs (Earth Institute 2009), por outro lado, argumenta que a ajuda que os doadores fornecem é muito pouca. De acordo com Jeffrey Sachs (2009), o Pentágono gasta mais num ano (700 mil milhões de dólares) que toda a história da ajuda para África. Segundo o autor, faz-se muito pouco e muitas vezes mal. “Culpamos os africanos por não utilizarem bem o que não lhes damos”, diz ainda Sachs. Está-se, de facto, muito longe ainda do preconizado objectivo de transferir 0.7 % do PIB para a ajuda internacional.

O Plano Marshall, usado muitas vezes como um modelo de sucesso da ajuda internacional, consistiu em transferências muito grandes de recursos financeiros num período muito

curto para a reconstrução da Europa no pós-guerra. Ora, a ajuda actual, embora durante um período de tempo maior, consiste na transferência de pequenas somas. Os críticos argumentam que a ajuda não pode ser dada aos bocadinhos e que é necessário um grande investimento inicial para espoletar o processo de desenvolvimento (tal como preconizado pela teoria do *Big Push*). Vários estudos reforçam a ideia de que os valores da ajuda são pequenos. Weeks (2011) chama a atenção para o facto de que, se se descontarem os valores correspondentes ao perdão da dívida, os valores reais da ajuda são ainda mais baixos. Acrescentam ainda que existe muita “ajuda fantasma” que se traduz por ser a decorrente de cooperação técnica a custos inflacionados e dos custos de pagamento da dívida, os elevados custos de transacção e de administração.

Outro factor que se considera que influencia negativamente a eficácia da ajuda é a volatilidade dos fluxos. A ajuda é muito variável com o tempo e em função dos doadores, sendo muito imprevisível e isto é especialmente verdade no contexto africano em comparação com outros continentes. Na última década, os fluxos da ajuda tornaram-se ainda mais imprevisíveis e a volatilidade que lhes está associada põe em causa a continuidade das intervenções. Além disso, a imprevisibilidade, ao criar volatilidade nas receitas do governo, produz ciclos de despesa, contracção e inflação, dificulta a gestão e impede o planeamento de longo prazo das políticas públicas.

A descoordenação da ajuda é ainda outra questão repetidamente identificada como um entrave à eficácia da ajuda. A ajuda é distribuída de forma descoordenada por muitos doadores, com inúmeros interesses políticos, estratégicos, históricos, comerciais e ideológicos. Isto implica, por exemplo, que países que recebem a ajuda tenham de negociar com muitos doadores, cujos inúmeros projectos não estão integrados num quadro comum. Esta duplicação cria custos adicionais e reduz a eficácia. Além disso, também entre estas organizações há competição por acesso a fundos, por acesso às administrações e aos beneficiários dos projectos e conflitos para fazerem prevalecer as suas perspectivas na resolução dos problemas. Apesar de alguns progressos nesta área, na prática, a coordenação entre doadores continua a ser difícil.

O desfasamento entre a teoria e a prática

Da agenda reformadora dos anos 70 até aos compromissos internacionais do início deste século, ocorreram transformações na forma como a ajuda é pensada, mas não corresponderam a mudanças efectivas nas práticas do desenvolvimento. A crítica que é feita é que há um enorme desfasamento entre a teoria e as práticas. “Há um desfasamento de 50 anos entre a teoria e a prática” (Jao, 2017).

Antes de mais, muitos dos conceitos, como os de empoderamento, participação e desenvolvimento comunitário, que eram inicialmente marginais, são apropriados e adaptados pelo discurso dominante, sem alterar substancialmente as práticas (Roque 2010). Conceitos como a solidariedade, a participação ou a *ownership* são despojados do seu sentido, despolitizados, “domesticados”. Além disso, também se argumenta que muitas mudanças que ocorreram resultaram de considerações políticas dos doadores e dos seus interesses ou ainda de modas efémeras chamadas *development buzzwords* (Cornwall e Eade 2010) que não correspondem de facto a formas alternativas de desenvolvimento

As mesmas críticas são estendidas aos compromissos assumidos no início do Milénio, que incluem os princípios para a eficácia da ajuda e ainda, princípios específicos de intervenção em Estados em situação de fragilidade.

Os relatórios do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE, organismo responsável por organizar a monitorização destas agendas, têm demonstrado que só muito poucos destes compromissos foram atingidos. Vários autores chamam a atenção para o facto de que a abordagem que tem sido feita a esses princípios é muito tecnocrática e que a transformação das práticas de cooperação implica a mudança de hábitos há muitos instalados, a reversão de interesses e a alteração de orientações políticas.

Mais grave é considerada a despolitização e não reconhecimento da importância das relações de poder nas questões do desenvolvimento: “Unless you understand that the poverty of some flows from the wealth and power of others, efforts to fight poverty will not truly work” (Dearden 2015). Esta é uma crítica antiga, mas que continua a ser a crítica central às estratégias actuais, incluindo as orientadas pelos ODS. Remete para o que Ferguson (1990) descreveu como sendo a “anti-politics machine”: o desenvolvimento reduzido a problema da vida real como a fome, a desnutrição, a

falta de acesso à saúde, a pobreza, como se estes não fossem afectados por questões de poder (Ndlovu-Gatsheni 2013a).

As críticas das críticas

Muitas das críticas do desenvolvimento foram também elas próprias criticadas, sendo a visão do desenvolvimento como simples imposição ocidental considerada muito redutora, dada a diversidade de teorias e práticas. Vários autores argumentam que o desenvolvimento é o resultado de processos complexos de apropriação e resistências e que, em consequência disso, se transformou e se adaptou às várias realidades. Nesta senda, Mkan-dawire (2010) argumenta, para o caso africano, que o desenvolvimento e as aspirações que o movem não devem ser vistos como imposições externas, mas como parte das respostas africanas às suas experiências históricas e necessidades sociais. Defende ainda que o projecto de desenvolvimento tem raízes históricas profundas e muito mais apoio social do que normalmente reconhecido.

Por outro lado, a rejeição do desenvolvimento é vista como uma rejeição da possibilidade de melhoria das condições de vida no mundo e dos povos. Oya e Pons-Vignon (2017) argumentam que a crítica ignora os progressos que foram feitos, ainda que abaixo do desejável, ao nível do bem-estar das pessoas em muitas regiões em desenvolvimento, nomeadamente em termos das oportunidades de vida, das condições materiais, da diminuição da mortalidade, da melhoria da educação.

Alternativas para a mudança social

A descolonização do desenvolvimento

Dentro das perspectivas críticas do desenvolvimento, há uma diversidade de abordagens que explora alternativas para a mudança social, mas também alguns elementos comuns. Um desses é a necessidade de desconstruir o discurso do desenvolvimento hegemónico e tomar consciência dos vários mecanismos de poder que esse discurso encerra

ao categorizar o mundo entre o mundo desenvolvido, detentor de conhecimento e dos modelos que funcionam e o subdesenvolvido que espera a intervenção do mundo desenvolvido para se transformar.

Ndlovu-Gatsheni (2013b) defende a importância de descolonizar os estudos do desenvolvimento. Central nesta perspectiva é tentar compreender como é que os estudos do desenvolvimento podem contribuir para desafiar a estrutura assimétrica do poder global que impede qualquer desenvolvimento no Sul Global e em África em particular. Propõe, como começo, um abandono da versão do desenvolvimento de Truman, em que o desenvolvimento é visto como uma missão euro-americana de desenvolvimento do Sul (Mkandawire 2010), e um resgate da definição de desenvolvimento da Conferência de Bandung que definiu desenvolvimento como a aspiração humana de se libertar da dominação política, económica, ideológica, epistemológica e social instalada pelo colonialismo. A sua perspectiva junta-se ao debate mais amplo sobre a construção do conhecimento e a descolonização do pensamento (Ndlovu-Gatsheni 2014). O seu argumento, baseado nos trabalhos de Maldonado-Torres (2007) e Mignolo (2007) é que a descolonização é um processo inacabado que deu lugar à colonialidade, que é uma estrutura de poder pouco visível que sustenta relações coloniais de exploração e dominação, muito tempo após o fim do colonialismo e que é este processo que é preciso compreender e reverter.

Igualmente central é trazer, para a discussão sobre o desenvolvimento, as ideias dos movimentos emancipatórios africanos, desde as lutas pela independência, bem como os seus pensadores e líderes. As crises dos anos 70, a mudança de paradigma dos anos 80 e a queda do bloco comunista invisibilizaram o pensamento africano de libertação e os que tinham pensado a África fora dos quadros impostos (Bouamama 2014), nomeadamente os que propunham vias alternativas ao capitalismo neo-liberal. A tradição do pensamento anticolonialista de pensadores foi sendo, em consequência, relegada para segundo plano. Assim, é importante voltar a debruçar-se sobre os pensadores lutadores da revolução africana como Kenyatta, Césaire, Fanon, Nkrumah, Lumumba, Sankara e Amílcar Cabral, entre outros (Bouamama 2014).

A centralidade da política

Outro elemento fundamental é a centralidade da política. O conceito de desenvolvimento tenta juntar organizações e pessoas em torno de uma ideia positiva e agregadora de mudança. No entanto, as pessoas têm visões muito diferentes sobre o mundo e sobre a transformação social e sobre como pode ser alcançada (Veltmeyer 2011b). Estas visões sobre alternativas de sociedade têm na sua base visões políticas diferentes sobre Estado, sociedade e mudança social. A mudança passa, antes de mais, por estas diferentes visões políticas e pela forma como são implementadas, contrariando a visão de que “não há alternativas”.

De algumas perspectivas, a mudança pode vir através de alterações do sistema dominante neoliberal, com o objectivo de tornar o sistema vigente mais justo, mais equitativo e mais sustentável, incluindo do ponto de vista ambiental. No entanto, da perspectiva de outros, são necessários modelos de mudança mais profundos que implicam o abandono do sistema capitalista, quer através de uma mudança radical ou de mudanças progressivas. Mudanças progressivas implicam, por exemplo, a regulação da capacidade e liberdade da classe capitalista para explorar o trabalho e da forma como é distribuído o produto social; mudanças mais radicais implicam rupturas com o sistema capitalista em direcção a um sistema socialista (Veltmeyer 2011a).

As propostas para a transformação mais radical podem tomar várias formas (Veltmeyer 2011a). Uns modelos preconizam um socialismo em que classe trabalhadora controla os meios de produção e em que deixe de haver propriedade privada; outros combinam a regulação do mercado com direcção estatal em democracias com uma sociedade civil activa. Outros preconizam ainda uma transformação mediante a resistência popular, dando origem a formas diferentes de desenvolvimento local ou comunitário ou ainda mediante a participação activa de organizações do sector popular. Esta ideia baseia-se no princípio de que são as pessoas que têm capacidade para construir, de maneira democrática, soluções para o bem-estar colectivo. Estas ideias vão orientar a procura por soluções alternativas de desenvolvimento.

Ndlovu-Gatsheni (2014) critica precisamente vários académicos africanos por defenderem que o neo-liberalismo é uma realidade à qual os africanos se têm de adaptar e não resistir. Esta perspectiva representa a capitulação aos aspectos da modernidade ocidental que escondem a realidade da colonialidade. Segundo ele, é necessário confrontar as fontes

das injustiças sociais e as estruturas assimétricas de poder, bem como as lógicas da exploração capitalista e as práticas racistas.

A necessidade de alteração das estruturas do poder

As perspectivas alternativas do desenvolvimento defendem que se tem de colocar, no centro de uma visão de sociedade diferente, a necessidade de se prestar atenção ao conhecimento local e de se investir em modelos de colaboração que valorizem mais esse conhecimento do que o conhecimento científico e dos “peritos”. Vários outros autores, nesta linha, põem o ênfase nos conhecimentos dos mais pobres bem como no seu papel activo no processo de transformação social e desenvolvimento (Jane Parpart e Veltmeyer 2011).

Esta alternativa envolve uma perspectiva de baixo para cima, em vez de cima para baixo, (por oposição aos modelos externamente induzidos da cooperação internacional), baseada na participação popular ou comunitária (Chambers 1983). Quanto muito, os peritos do desenvolvimento devem ser facilitadores que trabalham com os pobres e abdicam da sua posição de peritos ou donos do conhecimento (Munck 2000).

Central nestas ideias é que o desenvolvimento teria de envolver os mais pobres no seu próprio desenvolvimento, o que levaria ao seu empoderamento social (Jane Parpart e Veltmeyer 2011). É a partir deste posicionamento que os mais pobres teriam mais poder e poderiam apontar os seus próprios problemas, objectivos e soluções para o desenvolvimento (Parpart 2005).

Da perspectiva dos estudos críticos do desenvolvimento, também não se pode focar exclusivamente nas capacidades endógenas dos mais pobres para a transformação social. Isto significaria sugerir que os pobres se devem sustentar a si mesmos e não ter em conta os fundamentos sociais e estruturais da pobreza (Akram-Lodhi 2011). Num mundo cada vez mais hostil, é muito difícil as pessoas marginalizadas poderem promover o seu desenvolvimento sem se terem em conta as limitações estruturais.

A questão do poder é central nesta crítica, isto é, o poder de tomar decisões políticas relacionadas com a sociedade no seu conjunto e o poder de tomar decisões sobre a repartição dos recursos. Ora, os mais pobres estão afastados dos centros de poder. Desta perspectiva crítica argumenta-se, portanto, que para haver redistribuição de poder é preciso

um confronto com as estruturas do poder, com os que controlam o poder económico e político e que se apropriam de uma parte desproporcional dos benefícios (Jane Parpart e Veltmeyer 2011).

A mudança só pode ser resultado de uma alteração das estruturas de poder que tem de resultar da acção do Estado, já que a história mostra que sem a acção do Estado não há alterações significativas das condições de vida das pessoas. No entanto, este tem de ser combinado com diversas formas de resistência, baseadas em movimentos sociais de resistência ao capitalismo global que proclamam vias alternativas de produzir e viver. A questão está em saber até que ponto estes movimentos conseguem controlar ou influenciar o poder do Estado (Veltmeyer 2011a).

Os movimentos sociais como agentes de mudança social

No centro das visões alternativas também está a ideia de que os movimentos de base localizados e pluralistas podem trazer mudanças, à margem das estratégias organizadas de desenvolvimento. Estes movimentos têm como objectivo a mudança social, mas não funcionam de acordo com as categorias do desenvolvimento, isto é, não partem do princípio que há desenvolvidos e subdesenvolvidos, nem que a mudança social tem de vir através de processos dirigidos de “engenharia social” como os da cooperação internacional (Escobar 2001). Assim, têm o potencial de redefinir a forma como se opera a mudança social, a forma como se constrói o conhecimento abrindo possibilidades para novas formas de solidariedade.

Mbembe (2011) defende que as ideias de desenvolvimento se mantêm a nível do discurso na maioria dos Estados africanos, sem operar uma real transformação, mas identifica novas dinâmicas mais concretas que emanam das populações excluídas e desejosas de transformação.

Barros (2014), na sua análise sobre o Estado e a sociedade civil na Guiné-Bissau, aponta o caminho para a mudança em novos modos de intervenção no espaço político que emanam de movimentos sociais que contradizem estas lógicas. São estas novas formas de mobilização popular, que tentam encontrar meios mais criativos de reflexão e de intervenção, que têm o potencial de contribuir para a transformação política e social. Defende ainda uma concepção

alargada de sociedade civil, onde inclui as estruturas sociais ditas tradicionais, como espaços de acção colectiva, de geração de alternativas, de reivindicação e de protestos.

Jaó (2015, 2017) argumenta também que a transformação social pode vir mais facilmente de organizações informais de base comunitária do que das organizações do complexo desenvolvimentista. Argumenta, dando o exemplo das *sociétés* na Guiné-Bissau, que este tipo de organizações, que existem há muito tempo no contexto das sociedades agrárias africanas, são auto-organizadas e desenvolvem formas de resolver os seus problemas internamente, nomeadamente problemas que seriam da responsabilidade do Estado. São organizações que têm elementos da tradição e da modernidade e que são exemplo da capacidade de auto-organização e de acção conjunta. Este tipo de organizações são uma base sobre a qual se podem projectar formas diferentes de desenvolvimento, podendo ser os alicerces para a transformação social.

As ONG são tratadas de forma diferente: embora muito criticadas por apenas se constituírem para aceder a fluxos financeiros, também se reconhece a importância do trabalho de grande número destas organizações (Roy 2004). Devem evitar-se visões reducionistas das ONG como entidades fixas e generalizáveis e contextualizá-las em processos associativos evolutivos (Fisher 1997). Isto é, há organizações e pessoas que reflectem sobre como implementar abordagens diferentes informadas pela vontade de transformação social. Como defende Fisher (1997), as ONG também abrem um espaço de possibilidade de construção de discursos e de práticas alternativas sobre desenvolvimento. As ONG podem, e algumas contribuem, para a agenda emancipatória, mas para tal têm de se desligar do papel paternalista que têm no desenvolvimento (Manji e O’Coill 2002).

Imaginar novos caminhos

Outro dos elementos de uma visão alternativa é a convicção de que existem alternativas para a mudança social. Não há um caminho único: é preciso partir desta convicção profunda para se abrirem espaços a outras possibilidades de mudança.

Veltmeyer (2011a) defende que o primeiro passo para a mudança consiste em imaginar quais as características de um futuro alternativo e propor formas de o construir. Da sua perspectiva há poucas possibilidades de mudança substancial só baseadas em adap-

tações ao sistema capitalista vigente. As condições impostas pelo sistema são de facto objectivas (e é, portanto, absolutamente necessário mudar a estrutura também), mas um desenvolvimento alternativo também, antes de mais, pela capacidade de imaginar colectivamente futuros alternativos.

Situam-se aqui, por exemplo, as propostas do *Buen Vivir*, que preconizam um desenvolvimento alternativo para além da cultura moderna ocidental (Gudynas 2011). Ou as propostas como o decrescimento económico, que nos interpela a reflectir sobre o facto de que o crescimento económico infinito não é possível e que é necessário abrir o espaço à imaginação de outros modelos para além do “totalitarismo economicista” (Latouche 2006).

Ndlovu-Gatsheni (2014) defende que, para se imaginarem outros futuros para África, é necessário compreender quais são os obstáculos que estão a retirar espaço aos africanos para criarem os seus próprios futuros. Alguns dos elementos da resposta encontram-se nos pensadores e activistas do Sul Global como Cheikh Anta Diop, Aime Cesaire, Frantz Fanon, Ngugi wa Thiong’o, Samir Amin, entre outros.

Mbembe e Sarr (2017b) insistem precisamente na importância de “relançar um pensamento crítico africano e da diáspora (...) capaz de antecipar e criar caminhos novos à medida dos desafios contemporâneos” e de os transmitir ao resto do mundo. Nos *Ateliers de la Pensée*, impulsionados por estes autores desde 2016, juntaram-se intelectuais africanos que trabalham na renovação de um pensamento africano descolonizado. Filósofos como Souleymane Bachir Diagne (Diagne 2017), Bonaventure Mve-Ondo (Mve-Ondo 2017), historiadores como Mamadou Diouf (Diouf 2017), Françoise Vergès (Vergès 2017), Abdourahame Seck (Seck 2017) e escritores como Sami Tchak (Tchack 2017) reflectem sobre formas diferentes de pensar o mundo a partir de África e sobre possibilidades para o futuro.

Celestin Monga, por exemplo, tenta desconstruir os estereótipos que deturpam a forma como se olha de fora para o continente africano e também como os africanos se vêem a si próprios (Monga 1999) e reflectir sobre modelos de crescimento que não dependam da ajuda externa (Lin e Monga 2017).

Mbembe e Sarr (2017a) salientam a importância de os africanos se tornarem donos do seu próprio conhecimento, já que foi por terem sido destituídos desse conhecimento

Saber e circunstâncias

que tantos impasses foram criados. Sarr (2016) defende a ideia de que a África não tem de “apanhar ninguém” mas os africanos têm de “reapropriar-se das metáforas para o seu próprio futuro”. É a partir daqui que podem ser sujeitos da sua própria transformação.

A esta reflexão são chamados não só académicos e pensadores mas também artistas, músicos, dramaturgos, fotógrafos, cineastas, que contribuem com “o sopro do sensível e da imaginação para compreender o mundo na sua espessura, densidade e as suas vibrações” (Mbembe e Sarr 2017a). O contributo desta reflexão é a possibilidade de imaginar futuros melhores para o mundo inteiro.

Bibliografia

- Akram-Lodhi, Haroon. 2011. «Estudios críticos del desarrollo rural». Em *Herramientas para el cambio: Manual para los estudios críticos del desarrollo*, 251–54.
- Amaro, Rogério Roque. 2003. «Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria». *Cadernos de Estudos Africanos*, Julho, 35–70.
- Amin, Samir. 1976. *Unequal Development: An Essay on the Social Formations of Peripheral Capitalism*. Monthly Review Press.
- . 1990. *Maldevelopment: Anatomy of a Global Failure*. United Nations University Press.
- Barros, Miguel de. 2014. *A Sociedade Civil e o Estado na Guiné-Bissau: dinâmicas, desafios e perspectivas*. Bissau: Edições Corubal.
- Bauer, P. T. 1976. *Dissent on Development*. Revised edition. Cambridge, Mass: Harvard University Press.
- Bouamama, Saïd. 2014. *Figures de la révolution africaine*. Paris: La Découverte.
- Cardoso, Fernando Henrique, e Enzo Faletto. 1979. *Dependency and Development in Latin America*. University of California Press.
- Cardoso, Manuela. 2008. *Cabo Verde e São Tomé e Príncipe; Educação*. Porto: Afrontamento.
- Chambers, Robert. 1983. *Rural Development: Putting the Last First*. Longman.
- Cornwall, Andrea, e Deborah Eade. 2010. *Deconstructing development discourse: buzzwords and fuzzwords*. Rugby, Warwickshire, UK : Oxford: Practical Action Pub. ; Oxfam.
- Dearden, Nick. 2015. «The UN development goals miss the point – it’s all about power». *Global Justice Now*. 25 de Setembro de 2015. <http://www.globaljustice.org.uk/blog/2015/sep/25/un-development-goals-miss-point-%E2%80%93-it%E2%80%99s-all-about-power>.
- Diagne, Souleymane. 2017. «Pour un universel vraiment universel». Em *Écrire l’Afrique-Monde*. Philippe Rey.
- Diouf, Mamadou. 2017. «L’universalisme (européen) à l’épreuve des histoires indigènes». Em *Écrire l’Afrique-Monde*. Philippe Rey.
- Dreher, Axel, Valentin F. Lang, e Sebastian Ziaja. 2017. «Foreign Aid in Areas of Limited Statehood». *SSRN Scholarly Paper ID 2932759*. Rochester, NY: Social Science Research Network.
- Earth Institute. 2009. *Jeffrey Sachs on CBC*. <https://www.youtube.com/watch?v=CNWzYy186W8>.
- Edwards, Michael. 1993. «The Irrelevance of Development». Em *Beyond the Impasse: New Directions in*

Saber e circunstâncias

Development Theory. Zed Books.

- Escobar, Arturo. 2001. *Encountering Development: The Making and Unmaking of the Third World*. Princeton University Press.
- Esteva, Gustavo, e Madhu Suri Prakash. 1998. *Grassroots Post-Modernism: Remaking the Soil of Cultures*. London: Zed Books.
- Ferguson, James. 1990. *The Anti-Politics Machine: «Development», Depoliticization, and Bureaucratic Power in Lesotho*. U of Minnesota Press.
- Fisher, William F. 1997. «Doing good? The politics and antipolitics of NGO practices». *Annual review of anthropology* 26 (1):439–464.
- Furtado, Celso. 1961. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Editora Fundo de Cultura.
- Gudynas, Eduardo. 2011. «Buen Vivir: Today's Tomorrow». *Development* 54 (4):441–47.
- Haan, Arjan de. 2009. *How the Aid Industry Works: An Introduction to International Development*. Kumarian Press.
- Hayter, Teresa. 1971. *Aid as Imperialism*. Harmondsworth: Penguin Books Ltd.
- Jane Parpart, e Henry Veltmeyer. 2011. «Critical Development Studies: The Evolution of an Idea». Em *The Critical Development Studies Handbook: Tools for Change*. Pluto Press.
- Jao, Mamadú. 2015. *Estratégias de vivência e de sobrevivência em contextos de crise: os Mancanhas na cidade de Bissau*. Paris: Nota de Rodapé.
- . 2017. «O lugar e o papel das organizações de base comunitária nos discursos sobre a sociedade civil». , ISCTE-IUL, Novembro 14.
- Kaldor, Mary. 2003. *Global Civil Society: An Answer to War*. Wiley.
- Larcher Carvalho, Ana, e Alexandre Maurício. 2012. «ONG». Em *Alfabeto do Desenvolvimento - Conceitos, Histórias, Imagens*, 64–65. https://issuu.com/acep_ongd/docs/catalogo_alfabetododesenvolvimento2.
- Latouche, Serge. 2006. *Le pari de la décroissance*. Fayard.
- Lin, Justin Yifu, e Célestin Monga. 2017. *Beating the Odds: Jump-Starting Developing Countries*. Princeton University Press.
- Manji, Firoze, e Carl O'Coill. 2002. «The Missionary Position: NGOs and Development in Africa». *International Affairs* 78 (3):567–83.
- Mbembe, Achille. 2011. *Sortir de la grande nuit: Essai sur l'Afrique décolonisée*. La Découverte.
- Mbembe, Achille, e Felwine Sarr. 2017a. «Ateliers de la pensée : “ Pour une Afrique qui pense par

- elle-même et parle au reste du monde ”». *Le Monde.fr*, 2017. http://www.lemonde.fr/afrique/article/2017/11/09/ateliers-de-dakar-pour-une-afrique-qui-pense-par-elle-meme-et-parle-au-reste-du-monde_5212585_3212.html.
- . 2017b. *Ecrire l’Afrique-Monde*. Philippe Rey.
- Milando, João. 2005. *Cooperação sem desenvolvimento*. ICS, Imprensa Ciências Sociais.
- Mkandawire, Thandika. 2010. «Running while others walk: knowledge and the challenge of Africa’s development».
- Monga, Célestin. 1999. *Nihilism and Negritude: Ways of Living in Africa*. Harvard University Press.
- Moyo, Dambisa. 2009. *Dead Aid: Why Aid Is Not Working and How There Is Another Way for Africa*. Allen Lane.
- Munck, Ronaldo. 2000. *Deconstructing Development Discourses: of Impasses, Alternatives and Politics*.
- Mve-Ondo, Bonaventure. 2017. «Retrouver le sens». Em *Ecrire l’Afrique-Monde*. Philippe Rey.
- Mwenda, Andrew. 2007. «Andrew Mwenda: Aid for Africa? No thanks. | TED Talk | TED.com». *TED Ideas Worth Spreading*. 2007. https://www.ted.com/talks/andrew_mwenda_takes_a_new_look_at_africa.
- Mwenda, Andrew M., e Roger Tangri. 2005. «Patronage Politics, Donor Reforms, and Regime Consolidation in Uganda». *African Affairs* 104 (416):449–67.
- Ndlovu-Gatsheni, Sabelo J. 2013a. «Coloniality of power in development studies and the impact of global imperial designs on Africa». <http://uir.unisa.ac.za/bitstream/handle/10500/8548/Inugural%20lecture-16%20October%202012.pdf.pdf?sequence=1>.
- . 2013b. *Empire, Global Coloniality and African Subjectivity*. Berghahn Books.
- . 2014. «Global coloniality and the challenges of creating African futures». *Strategic Review for Southern Africa* 36 (2):181.
- OCDE. 2017. «The High Level Fora on Aid Effectiveness: A history - OECD». 2017. <http://www.oecd.org/dac/effectiveness/thehighlevelforaonaideffectivenessahistory.htm>.
- Oya, Carlos, e Nicolas Pons-Vignon. 2017. «Aid, Development and the state in Africa». Em *The Political Economy of Africa*, Padayachee, Vishnu, (ed.), 172–98. Londres: Routledge.
- Parpat, Jane. 2005. «Lessons from the Field: Rethinking Empowerment, Gender and Development in a Post (Post?) Development Perspective». Em *Feminist Post Development Thought: Rethinking Modernity, Post Colonialism and Representation*. Zubaan.
- Peripherie. 2017. «Call for Papers 150: Development? Alternatives to Development?» 2017. http://www.zeitschrift-peripherie.de/CfP_150_Development_Alternatives-to-Development.pdf.

Saber e circunstâncias

- Rahnema, Majid, e Victoria Bawtree. 1997. *The Post-Development Reader*. Zed Books.
- Roque, Sílvia. 2010. «Paradoxos da cooperação internacional». *JANUS 2010 - Meio século de independências africanas*, 172–73.
- Roy, Arundhati. 2004. «Les périls du tout-humanitaire». *Le Monde diplomatique*. 1 de Outubro de 2004. <https://www.monde-diplomatique.fr/2004/10/ROY/11569>.
- Sachs, Wolfgang. 1992a. «Introduction». Em *The Development dictionary: a guide to knowledge as power*, 1–5. London ; Atlantic Highlands, N.J.: Zed Books.
- . 1992b. *The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power*. Zed Books.
- Sarr, Felwine. 2016. *Afrotopia*. Philippe Rey.
- Schiefer, Ulrich. 2002. *Von allen guten Geistern verlassen?: Guinea Bissau: Entwicklungspolitik und der Zusammenbruch afrikanischer Gesellschaften*. Hamburg. <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0168-ssoar-106989>.
- Schuurman, Frans J. 1993. *Beyond the Impasse: New Directions in Development Theory*. Zed Books.
- Seck, Abdourahame. 2017. «Panser l'en-commun». Em *Ecrire l'Afrique-Monde*. Philippe Rey.
- Tchack, Sami. 2017. «les chemins de l'universel». Em *Ecrire l'Afrique-Monde*. Philippe Rey.
- Thomas, Alan. 2000. «Development as practice in a liberal capitalist world». *Journal of International Development* 12 (6):773–87.
- Tripp, Aili Mari. 2012. *Donor Assistance and Political Reform in Tanzania*. Helsinki: WIDER. http://www.wider.unu.edu/publications/working-papers/2012/en_GB/wp2012-037/.
- Veltmeyer, Henry. 2010. «A synoptic of the development idea». *Migracion Y Desarrollo* 14:9–32.
- . 2011a. «Vías hacia el cambio progresivo y el desarrollo alternativo». Em *Herramientas para el cambio: Manual para los estudios críticos del desarrollo*, editado por Henry Veltmeyer, Ivonne Farah, e Igor Ampuero, 351–58.
- . 2011b. *The Critical Development Studies Handbook: Tools for Change*. Pluto Press.
- Vergès, Françoise. 2017. «Utopies émancipatrices». Em *Ecrire l'Afrique-Monde*. Philippe Rey.
- Wamba-dia-Wamba, Ernest. 1988. «Development, Post-Leninism and Revolution in Africa». *African Journal of Political Economy/Revue Africaine d'Economie Politique* 2 (1):89–100.
- Weeks, John. 2011. «Cuarenta anos de ayuda externa (AOD) y de condicionalidade en Africa». Em *Economía política del desarrollo en África*, editado por Carlos Oya e António Santamaria, 263–86. Ediciones AKAL.

Conselho Editorial

ANA FILIPA OLIVEIRA

Trabalha na ACEP, desde 2009, onde desenvolve projectos na área da comunicação, advocacia e direitos humanos. É responsável pela elaboração dos recentes relatórios *AidWatch*, em Portugal. Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa, é licenciada em Jornalismo pela Universidade de Coimbra.

CARLOS SANGREMAN

Licenciado em Economia no ISEG e doutorado em Estudos Africanos no ISCTE. Professor aposentado na Universidade de Aveiro e investigador e dirigente do CEsa – Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina. Tem desenvolvido consultoria internacional nos PALOP e Timor-Leste. Foi assessor para a cooperação do MTSSS (2008/12). É autor de artigos e livros sobre as temáticas do desenvolvimento.

FÁTIMA PROENÇA

Directora da ACEP, intervém desde a década de 80 na cooperação não governamental, nomeadamente com instituições guineenses, tendo coordenado a Rede de Solidariedade com a Guiné-Bissau durante o conflito de 1998/99. Tem dinamizado processos de investigação/acção em África e de advocacia na sociedade portuguesa, em colaboração com pessoas e organizações da sociedade civil europeias e africanas.

LUÍS MAH

Professor no ISEG, é também investigador no Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina. Foi director da Campanha do Milénio das Nações Unidas em Portugal entre 2007-2010. Doutorado em Estudos de Desenvolvimento pela *London School of Economics* (Londres, 2004), mestre pela Universidade de Yonsei (Seul, 1996), licenciou-se em Comunicação Social pela FCSH (Lisboa, 1993).

JOÃO MANUEL ROCHA

Jornalista, fez parte das agências ANOP e Lusa e integrou a equipa fundadora do *Público*, onde trabalhou até 2016. Nos anos mais recentes deu particular atenção aos países africanos lusófonos e a questões do desenvolvimento. Doutorando em Ciências da Comunicação no ISCTE-IUL, é professor convidado da Escola Superior de Comunicação Social e colaborador do CEsa - Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina.

TÂNIA SANTOS

Doutoranda em Sociologia Política na Universidade Federal de Santa Catarina, trabalha no sector da cooperação internacional desde 2004. É membro da Direcção da ACEP e tem experiência de trabalho com associativismo migrante, na pesquisa sobre recursos e modelos de financiamento internacionais para ONG e ainda na investigação sobre temáticas internacionais.

Conselho Consultivo

ALAIN CORBEL

Nasceu na Bretanha, onde foi trabalhador agrícola por algum tempo. Escreveu e ilustrou dezenas de livros, principalmente em França e Portugal. Colabora regularmente com a ACEP, bem como outras ONG africanas para as quais organiza oficinas de Ilustração. É professor de Ilustração no *Maryland Institute of Art College* em Baltimore (EUA). alaincorbelcos.blogspot.com / noticiasdoquelele.blogspot.com

ANTÓNIO TOMÁS

Doutorado em Antropologia pela *Columbia University*. É coordenador do programa de Mestrado em Urbanismo do Sul do *African Centre for Cities University of Cape Town*. É ainda colunista no *Público*.

CONCEIÇÃO LIMA

Nasceu em 1961 em Santana, São Tomé e Príncipe. É jornalista e poetisa. A trabalhar presentemente na *TVS*, foi jor-

nalista e produtora dos Serviços de Língua Portuguesa da BBC, em Londres. É licenciada em Estudos Africanos, Portugueses e Brasileiros pelo *King's College* de Londres e possui o grau de mestre em Estudos Africanos, pela *School of Oriental and African Studies*, de Londres. Pela Editorial Caminho, publicou *O Útero da Casa* (2004), *A Dolorosa Raiz do Micondó*, (2006) e *O País de Akendenguê* (2011).

CARMELIZA ROSÁRIO

Investigadora, com especialização no domínio da pobreza e desenvolvimento social em Moçambique. Tem conduzido pesquisa em diversos sectores sociais, incluindo saúde, educação, bem como impacto da infraestrutura no bem-estar social. A sua pesquisa presta particular atenção à representação e ao desenvolvimento económico e social, e direitos de grupos vulneráveis, incluindo mulheres, pessoas com deficiência e idosos.

GERALDO MARTINS

Foi Ministro da Educação (2001/03) e da Economia e Finanças (2014/16) da Guiné-Bissau, e quadro do Banco mundial. Autor e coautor de estudos sobre ajustamento estrutural, sectores sociais, educação, demografia, é licenciado em química-física (Univ. Moldávia) e em Direito (Univ. Direito de Bissau), e mestre em Gestão e Políticas Públicas pela Universidade de Londres, com pós-graduação em Economia pela mesma instituição.

LEÃO LOPES

Artista plástico e docente caboverdiano. Fundador do *M_EIA*, Instituto Universitário de Arte, Tecnologia e Cultura, é doutorado em Letras pela Universidade de Rennes II, França. Tem participado na promoção do ensino artístico em Cabo Verde, como autor de programas e planos curriculares do ensino secundário e superior. A sua actividade estende-se à concepção

Conselho Consultivo

e coordenação de programas de desenvolvimento de comunidades rurais, como membro e Presidente da ONG Atelier Mar.

MARIA ELEONORA RABELLO

Licenciada em Filosofia pela Universidade Católica de Salvador (Brasil). Foi assessora de movimentos sociais de base pelo Centro de Estudos e Ação Social. Em 1994, é convidada a fundar o CRIA – Centro de Referência Integral de Adolescentes, actuando como educadora e gestora de projectos pela protecção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Nos três últimos anos no CRIA, coordena o Projecto *Corra pro Abraço*, proposta de atenção e promoção de direitos das populações em situação de rua.

LIVIA APA

Nasceu em Nápoles. É investigadora, com trabalho na área dos estudos culturais dos países de língua oficial portuguesa. É também tradutora, tendo publicado em italiano, entre outros, Mia

Couto, Ondjaki, Ruy Duarte de Carvalho, Mário Cesariny, Ana Luísa Amaral, Ana Paula Tavares. Faz parte da direcção do Arquivo Memorie Migranti de Roma. Colabora com a revista *Gli Asini* de Roma.

MARIA HERMÍNIA CABRAL

Licenciada em Economia e mestre em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, com experiência em políticas, programas e projectos de desenvolvimento, quadro da Fundação Calouste Gulbenkian desde 2005, é directora do Programa Gulbenkian Parcerias para o Desenvolvimento, desde 2012.

MARIA MANUEL MOTA

Cientista portuguesa, doutorou-se na *University College* de Londres (1998) e fez pós-doutoramento na *New York University Medical Center* (2001), onde também leccionou. Desenvolve estudos sobre a malária no Instituto Gulbenkian de Ciência. Em 2004, ficou entre os 25 jovens cientistas

galardoados com *European Young Investigator Award* e, em 2013, foi laureada com o Prémio Pessoa.

MARINA COSTA LOBO

É investigadora do Instituto de Ciências Sociais (ICS/ULisboa), onde desenvolve trabalhos na área das instituições e comportamentos políticos dos portugueses em perspectiva comparada. É coordenadora do Observatório da Qualidade da Democracia no ICS e Presidente da Comissão de Estudos Pós-Graduados.

MÁRIO SILVA

É sociólogo, professor e pesquisador do departamento de sociologia do IFCH-UNICAMP. Autor do livro *A descoberta do insólito: literatura negra e literatura marginal no Brasil* (1960-2000), publicado pela Aeroplano Editora, em 2013. Ganhou o Prémio do Centro de Estudos Sociais da Universidade Coimbra, para Jovens Cientistas Sociais em Língua Portuguesa.

MÓNICA COSTA

Professora e investigadora na *University of South Australia* (UniSA), tem trabalhado as questões de género e os orçamentos sensíveis ao género, incluindo trabalho de terreno na Indonésia e Timor-Leste.

JOÃO SIMÃO

Doutorado em Gestão e docente na Universidade Aberta, onde lecciona e orienta teses nas áreas do desenvolvimento sustentável (políticas e ideologias), ética e responsabilidade social empresarial, pensamento crítico em gestão e desenvolvimento turístico sustentável, que são as suas áreas de interesse académico. É ainda membro investigador do CAPP- Centro de Administração e Políticas Públicas.

PAULA BARROS

Licenciada em Relações Internacionais, trabalha no âmbito da Cooperação para o Desenvolvimento há cerca de 20 anos e tem experiência nas áreas da ela-

boração, coordenação e execução de programas e projectos, planeamento e programação, representação e negociações internacionais no quadro da União Europeia, Nações Unidas, OCDE, CPLP e Ibero-Americana. Possui formações na área da gestão do ciclo do projecto, de gestão pública e de inovação nos serviços públicos.

RICARDO SOARES DE OLIVEIRA

É Professor Associado de Ciências Políticas na Universidade de Oxford e autor de *Oil and Politics in the Gulf of Guinea* (2007) e *Magnificent and Beggar Land: Angola Since the Civil War* (2015).

RUI MIGUEL SANTOS

Vice-Presidente da CESO, *Visiting Professor* na *Maastricht School of Management* e Colégio da Europa, formador do Conselho da Europa em matérias ligadas à gestão de projectos de promoção dos Direitos Humanos, autor do livro “Gestão do Ciclo de Projectos de Desenvolvimento” e co-autor do “Manual de Procurement Inter-

nacional”, trabalha em cooperação para o desenvolvimento há mais de 25 anos, de África à Europa Central e de Leste, passando pela América Latina e Caraíbas.

SOFIA SANTOS

É Secretária Geral do *Business Council for Sustainable Development* (BCSD) Portugal. Foi directora executiva do *Sustainability Knowledge Lab* do INDEG-ISCTE e fundou duas consultoras - a *Sustentare* e a *SystemicSphere*. É autora de *A Banca em Portugal e a Economia Verde* (2012), *A Banca tem Coração? As novas práticas de gestão necessárias para os bancos do futuro* (2015) e *Introdução à Economia Verde* (2016).

Criação Gráfica

ANA GRAVE

Porto e Gaia, cidades de infância. Estas, Aveiro, Genebra e Barcelona, cidades escola. Portugal, agora, casa-design (gráfico, o preferido). www.anagrave.com

uma iniciativa



apoios



] mundo crítico [

Revista de
Desenvolvimento
e Cooperação